

AS DISPUTAS REGIONAIS NO BRASIL DO PONTO DE VISTA DE SÃO PAULO

WEISTEIN, Bárbara. *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista*. São Paulo: Edusp, 2022. 655 p.

Publicado originalmente em língua inglesa, no ano de 2015, sob o título *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race Nation in Brazil*, pela Duke University Press, foi finalmente traduzido para o português o livro da historiadora brasilianista Barbara Weinstein, que trata da elaboração, ao longo do século XX, da identidade regional paulista. Num volume bastante alentado, a autora apresenta o resultado de muitos anos de pesquisa e de interesse pela história brasileira, notadamente pela história do estado de São Paulo.

Barbara Weinstein é professora de história da América Latina e do Caribe na Universidade de Nova York. Suas pesquisas se voltam para a formação do Brasil moderno, articulando uma abordagem apoiada na economia política

marxista, com teorias e autores que se voltam para a abordagem das questões raciais e das relações de gênero. Em *A cor da modernidade*, obra que reflete toda a sua maturidade acadêmica, a economia política marxista, com a centralidade da temática do trabalho se abre para o diálogo com as distintas correntes dos estudos culturais norte-americanos e com um amplo espectro de autores brasileiros, de diversas matrizes teóricas e metodológicas, indo desde os autores clássicos da historiografia brasileira, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, até autores bastante contemporâneos, demonstrando que acompanha a produção dos historiadores do país que estuda. Enfim, sua postura pouco dogmática, insisto, permite que dialogue com diferentes tradições dos

estudos históricos, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos.

O livro se debruça sobre o processo de modernização da sociedade paulista, ao longo de boa parte do século XX, o processo histórico que levou aquele estado a hegemonizar econômica e politicamente o país e, principalmente, como esse processo resultou na elaboração do discurso regionalista que produziu uma dada identidade regional, em disputa com outros discursos e agentes que formularam outras identidades regionais no país.

A obra está dividida em duas partes, cada uma das quais se volta para abordar um evento e um dos dois momentos que teriam sido decisivos para a elaboração de um discurso identitário paulista: a primeira parte trata da chamada “guerra de São Paulo”, a dita Revolução Constitucionalista de 1932, guerra civil brasileira que pôs em confronto, notadamente, as elites e as classes médias paulistas e o governo provisório de Getúlio Vargas e levou a uma humilhante derrota dos primeiros; a segunda parte trata das comemorações do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo, em 1954, tomada como uma espécie de lugar metonímico do próprio estado,

momento de celebração da modernidade e do progresso local e uma espécie de revanche em relação ao vexame militar de duas décadas antes.

No próprio título da obra já se indica uma de suas contribuições inovadoras e um dos seus méritos: Barbara Weinstein demonstra de forma convincente que a modernidade brasileira tem cor, que o processo de modernização da sociedade brasileira foi feito de forma a excluir os descendentes dos escravizados, assim como os indígenas e os mestiços tão elogiados pelos discursos de apego à miscigenação. A modernidade brasileira, notadamente no caso de São Paulo, se pretendeu branca e foi marcada por projetos que visavam branquear a população. Foi a classe média paulista, que via a sua pretensa branquitude como um traço de superioridade e excepcionalidade em relação ao restante do país, que, majoritariamente, pegou em armas em 1932 para contestar o regime varguista, nascido do golpe civil-militar de 1930, que alijara, temporariamente, a oligarquia paulista do poder.

O discurso regionalista paulista, que vinha se delineando desde que o estado foi ganhando centralidade na economia e na política brasileiras

– confira-se, por exemplo, as atividades do Instituto Histórico e Geográfico Paulista, fundado em 1894 –, passaria a ser elaborado de forma mais sistemática. A narrativa que visava colocar São Paulo – um espaço pobre e periférico durante o período colonial – no centro da formação histórica da nação, tinha como personagem central a figura dos bandeirantes. Weinstein assinala as dimensões raciais e racistas presentes no centro das narrativas sobre a saga bandeirante. Elas colocavam os paulistas responsáveis pelo milagre da industrialização, da urbanização e da modernização de sua terra como legítimos herdeiros daquela “raça de gigantes” que teriam, com sua coragem e destemor, desbravado os sertões brasileiros, conquistando grande parte do território nacional, cruzando o meridiano de Tordesilhas, levando a civilização aonde reinava a barbárie indígena ou dos negros fugitivos e aquilombados. Essa narrativa, presente em autores nucleares da historiografia do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, instaura e reproduz não apenas uma hierarquia entre espacialidades no interior do país, mas reproduz também hierarquias raciais associadas a dadas regiões.

Se, como reconhece e defende a obra da historiadora, há uma visão antagônica e hierárquica entre a região Nordeste e São Paulo, se a identidade paulista é elaborada como contraponto à identidade nordestina, se o exacerbado regionalismo nordestino é emulado pelo regionalismo paulista, isso se deve não apenas por se visualizar uma distância em termos de progresso e modernidade, mas por se considerar que o atraso, que o subdesenvolvimento, a incapacidade de acompanhar o ritmo da modernização do país, por parte da sociedade nordestina, se daria por motivos raciais. Seria a composição racial da população, inclusive das elites nordestinas, marcada pela mestiçagem, pela presença do sangue africano e indígena, que explicaria a ausência de modernidade, a rotina, a decadência e a ruína nordestinas. O vigor do progresso paulista, sua modernidade, teriam como base o vigor da raça bandeirante, a “melhoria da raça” trazida pela chegada dos imigrantes europeus, brancos, em grande quantidade, desde o final do Oitocentos. A grande massa de negros recém-saídos da escravidão, que se concentrara na província paulista, ao longo da segunda metade daquele

século, é condenada à invisibilidade e à marginalidade nesse processo de modernização. Aos indígenas, como sempre relegados a personagens de um passado que já se encerrara, restaria o papel histórico de coadjuvantes e auxiliares dos homens brancos, transmitindo a eles seus saberes, suas técnicas, inclusive de guerrear e, em alguns casos, o sangue que viera enrijecer o europeu, adaptá-lo aos trópicos e fazer deles a tal raça de gigantes que agora carregavam nas costas o país.

A leitura da obra *A cor da modernidade* é fundamental, principalmente, para entendermos o processo histórico que levou à elaboração da ideia de excepcionalidade e superioridade paulistas em relação ao restante do Brasil. Como mais uma vez ficou demonstrado nas últimas eleições (2022), as elites paulistas e boa parcela da população do estado, que assimilam e vivenciam esse discurso eivado de um complexo de superioridade, teimam em não acompanhar o restante do país em suas escolhas políticas. De forma convincente, a autora nos mostra que, São Paulo jamais superou o trauma da derrota em 1932, algo que podemos observar todos os dias. E esse trauma foi maior, justamente, porque as elites

paulistas e as classes médias, por se julgarem e julgar o estado muito superior ao restante do país, partiram para a guerra com a certeza da vitória. A derrota rápida e humilhante, pela forma que ocorreu, com pouca resistência, através de um armistício que reconhecia o fim do conflito precocemente, foi ainda mais inaceitável pela composição das forças federais, em sua maioria constituída por soldados provenientes da região Nordeste, a maioria deles mestiços ou negros. A ocupação da capital, a cidade símbolo do progresso e da superioridade paulistas, por tropas compostas de soldados considerados racialmente inferiores, levando a vários conflitos, cenas marcadas pela violência e injúria racial, deixou como seqüela o acirramento do preconceito contra o nordestino, ou o “baiano”, e o ressentimento em relação ao restante do país. Essa é uma marca do discurso regional paulista, traduzido, muitas vezes, em enunciados depreciativos que reforçam a pretensa superioridade da locomotiva do país, que puxaria vinte e três vagões vazios ou descarrilhados. A necessidade de ser diferente, de ser excepcional, de estar muitos quilômetros adiante do restante do país, afinal

a cidade metonímica da paulistanidade, olharia para o país do alto da Serra do Mar, e isso passaria a ser um traço definidor da identidade paulista.

Como soe ser comum entre os historiadores norte-americanos, a autora utiliza um variado e impressionante volume de fontes, notadamente de cunho jornalístico, que nos permitem entender, até mesmo, o porquê do posicionamento que a imprensa paulista costuma ter em relação a outras regiões do país e as opções político-ideológicas que assumem. O livro nos ajuda a entender, de certa forma, o papel que as famílias que dominam até hoje a grande imprensa paulista, como os Mesquita e os Frias de Oliveira, tiveram na elaboração dessa identidade paulista, de sua pretensa superioridade, de sua modernidade, de sua branquitude. Weinstein se valeu, por exemplo, das edições comemorativas do quarto centenário da cidade de São Paulo de quatorze periódicos. Edições que apresentavam, em sua grande maioria, a narrativa mestra da história paulista, centrada na saga bandeirante, passando pelo boom cafeeiro e chegando até a industrialização, como um processo contínuo de ascensão, um historicismo descabelado tendo como conceito central a ideia de

progresso. Nessa narrativa, a derrota militar de 1932, até hoje comemorada no feriado de 9 de julho, é transformada numa vitória moral paulista, por terem os paulistas defendido a liberdade, a Constituição, por terem combatido a ditadura, a oligarquia (uma piada de mau gosto, já que o movimento fora feito para reinstalar a oligarquia paulista no poder).

A queda do ditador, nove anos antes, aquele que não merece, até hoje, o nome de uma avenida na cidade de São Paulo (o ressentimento é duradouro), permitiu, como discute Barbara Weinstein na segunda parte de seu livro, que, em 1954, quando das comemorações dos quatrocentos anos da capital do estado, a imprensa paulista, com seus inúmeros articulistas, cantasse vitória mesmo depois da derrota, resignificando os acontecimentos de 1932. Da mesma forma que, periodicamente, os jornalões paulistas participam de movimentos golpistas contra a democracia e depois reescrevem a história para silenciar sobre o papel que tiveram na implantação de ditaduras e governos desastrosos para o país, eles fizeram com a tentativa insurrecional das elites paulistas, no começo dos anos trinta. O próprio nome dado ao levante

regionalista paulista, um movimento tratado pelos vitoriosos de 1930 como contrarrevolucionário, visava reforçar a ideia de que os paulistas lutaram em defesa do regime constitucional, em nome dos valores liberais, contra as ideias autoritárias do movimento civil-militar capitaneado por Vargas. Em 1954, é São Paulo triunfante que é exibido e comemorado, apesar da taca-nhice da burguesia paulista, não muito disposta a abrir seus cofres para financiar todos os delírios comemorativos da comissão nomeada pelo prefeito da cidade para organizar a festa.

Outro aspecto que merece especial destaque no livro é o fato de a autora aliar a discussão sobre formação de identidades regionais a uma abordagem de gênero. A modernidade e a identidade paulistas não possuem apenas cor, mas também gênero. A modernidade e a identidade paulistas são masculinas. A começar pela figura cultuada pela versão hegemônica da história paulista, que serve de base para o discurso identitário e regionalista, a figura do bandeirante, masculina em seus caracteres mais estereotipados: virilidade, força, coragem, heroísmo, destreza, competitividade, agressividade. O livro dedica todo um capítulo de sua primeira parte

para discutir o papel que as mulheres desempenharam na preparação, na propaganda e no conflito de 1932, significativamente intitulado de “Marianne em combate?”, numa remissão à figura feminina emblemática da Revolução Francesa, francesismo típico das elites brasileiras do início do século XX. Ela chega a encontrar testemunhos da participação direta de algumas mulheres nas batalhas, que desempenharam importante papel na preparação de material para a campanha, na propaganda e na arrecadação de “ouro para São Paulo”, no socorro às vítimas como enfermeiras, Weinstein mostra que as mulheres de classe média foram tão entusiastas do movimento sedicioso quanto os homens, e fundamentais para levar muitos deles a se alistarem nas fileiras paulistas.

Contudo, tanto no caso das mulheres, quanto no da participação da chamada Legião Negra, a autora mostra que há um enorme silêncio, seja nas versões oficiais sobre o acontecimento, seja em boa parte da historiografia acadêmica paulista. Se a própria existência dos negros na sociedade era silenciada no discurso regionalista paulista, como demonstra obras de autores negros, é maior ainda o

silêncio sobre sua participação na linha de frente, travando os combates mais renhidos na guerra de 1932. Num evento que se configurou central na elaboração da autoimagem das elites paulistas, autoimagem projetada em seu próprio espaço social, não era (não é) ressaltada a presença negra, nem, aliás, a presença das camadas operárias, louvadas durante o episódio por manterem a ordem e se manterem em seus locais de trabalho, e se alistando quando convocadas. Quanto às mulheres, tratou-se de reafirmar as imagens hegemônicas acerca do feminino, mesmo que elas, num momento excepcional, pudessem romper, momentaneamente, com o seu aprisionamento à esfera doméstica. A guerra serviu, no entanto, para enfatizar a relação entre o feminino e a esfera do cuidado, da devoção, inclusive a seus parceiros homens e a sua terra natal. Se a situação excepcional não permitia fazer escolhas ou promover vetos, prevalecendo o discurso da unidade paulista, unidade de raça, de classe, de gênero, de faixa etária, ao concluir-se o episódio, no momento de se elaborar a sua memória, a seleção de personagens e eventos relegou ao esquecimento tanto o papel

que os negros desempenharam, quanto as mulheres e outros segmentos sociais subalternos. O ano de 1932 pôde se tornar a versão de São Paulo que se comemorará efusivamente em 1954 porque foi branqueado, masculinizado e aburguesado.

Numa obra de tantos méritos há um senão que gostaria de abordar nesta resenha. No quinto capítulo do livro, que se intitula “Provincializando São Paulo, as outras regiões contra-atacam”, curiosamente, logo após esse título – que remete às disputas regionais na elaboração da identidade paulista, já que, como a própria autora admite, há uma emulação regionalista, notadamente entre as elites políticas e intelectuais paulistas e as elites políticas e intelectuais nordestinas –, ela afirma:

Concordo inteiramente com a opinião de Albuquerque [trata-se deste resenhista] sobre o papel desempenhado pelos intelectuais do Sul, e especialmente de São Paulo, na criação de uma região conhecida como Nordeste. Minha única ressalva é quanto à sua alegação de uma “disputa” entre Norte e Sul – ao menos durante o período sobre o qual foca esse estudo. Talvez no esguio terreno da produção literária se possa discernir uma disputa contínua entre homens (e mulheres) de letras

do Norte e do Sul. Todavia, do ponto de vista da maioria dos paulistas, a superioridade de sua região ao Norte/Nordeste do Brasil era quase literalmente “incontestável”. Dada a alta prioridade que uma ampla gama de políticos e intelectuais dava à modernização da sociedade brasileira, e diante da posição incontestada de São Paulo como centro da modernidade brasileira, as bases sobre as quais os porta-vozes dos “interesses do Norte” poderiam desafiar a pretensão paulista à hegemonia provaram-se demasiado estreitas (p. 344).

Ora, a historiadora parece assumir “o ponto de vista da maioria dos paulistas”, o que não se espera de alguém que está realizando a análise crítica de um discurso. O fato de os paulistas acharem que seriam tão superiores e de que outras regiões (e suas elites) não teriam condições de disputar recursos, espaços políticos, hegemonia, inclusive cultural, é um dado a ser discutido; outra coisa é a historiadora aceitar isso, assumir como seu um ponto de vista paulista que faz parte da própria disputa que a autora quer interpretar. É curioso que uma pesquisadora que parte da economia política marxista, de um pensamento que enfatiza o conflito, a luta, possa advogar que uma luta acaba porque “as

bases sobre as quais os porta-vozes dos ‘interesses do Norte’ poderiam desafiar a pretensão paulista à hegemonia provaram-se estreitas”. Pergunta-se: provaram-se quando? E para quem? Se a historiadora, *a posteriori*, pode saber que a luta das elites nordestinas pela hegemonia foi inglória, os agentes em seu tempo não sabiam e muitas vezes não poderiam sabê-lo. Me pareceu, aqui, que de tanto lidar com o discurso regionalista paulista a autora terminou por assumi-lo em alguma medida.

Não sei por que Barbara Weinstein, por exemplo, adjetiva de “esguio” (sabemos o quanto é perigoso adjetivos no texto do historiador) o terreno da produção literária, na qual não apenas os autores nordestinos foram capazes de disputar a hegemonia, como se tornaram hegemônicos por um largo período, a ponto de os modernistas paulistas – encarnação artístico-literária da pretensa excepcionalidade e superioridade paulistas – se queixarem de que os búfalos que vieram do Norte teriam ocupado todo o espaço literário nacional. De esguio o terreno literário não tem nada; ele foi fundamental na consolidação da identidade regional nordestina e por sua divulgação em todo território nacional.

No campo da cultura, do imaginário, do simbólico, dos discursos, onde as identidades regionais se elaboram e se consolidam, a produção literária tem uma enorme importância, assim como terão os discursos da memória e da história, como tão bem mostra o livro em apreço. O chamado romance dos anos trinta ainda se constitui, hoje, no conjunto de obras literárias das mais lidas no país e arquivo inesgotável para outras produções culturais.

Creio que o que ocorre aqui é um escorregão economicista e uma indisfarçável minimização da dimensão cultural que se deve à formação marxista da autora. O que ela chama, vagamente, de bases para os porta-vozes dos interesses do Norte desafiar os paulistas, que “incontestavelmente”, segundo ela, teriam vencido, são as famosas bases econômicas, desprezando a relativa autonomia do político e do cultural têm em relação ao econômico. Quando analisamos o plano econômico do período abordado pela autora, mesmo aí encontramos disputas entre as elites do Nordeste e de São Paulo. Parece que, para a autora, quem perde desiste de lutar, de disputar. Que os paulistas pensassem e até desejassem que fosse assim é uma

coisa, uma historiadora assumir esse discurso é outra.

Senão vejamos: o governo Vargas, combatido pelos paulistas em 1932, se apoiou, inclusive durante a guerra, nas elites nordestinas, a ponto de criar órgãos como o Instituto do Açúcar e de Álcool, instituindo um sistema de cotas de distribuição e comercialização da produção açucareira que permitiu a sobrevivência da produção nordestina diante da concorrência paulista. Esse órgão, assim como o Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), fruto da reformulação Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1945, não surgiram de uma dívida do governo federal ou dos paulistas, esses vencedores eternos, mas das lutas por seus interesses das elites nordestinas, que continuaram a disputar a hegemonia no interior do país, mesmo tendo que se adequar a situações conjunturais. Foi graças às disputas de caráter regional, inclusive no plano econômico, que as elites nordestinas conquistaram a criação do Banco do Nordeste, em 1952, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1958. O debate entre agrarismo e industrialismo, como distintos caminhos para

a economia e a vida brasileiras, muito intenso nos anos 1940 e 1950, também fizeram parte das disputas regionais no país.

Uma historiadora não pode assumir que a centralidade de São Paulo na modernização brasileira seja incontestada, e depende de que aspecto se está abordando, a não ser que se reduza a modernização a seu aspecto econômico. Do ponto de vista do processo histórico, a centralidade paulista nunca foi incontestada, ao contrário, foi objeto de combates permanentes. Que o historiador, postado no presente, possa dizer que essa centralidade existe, não significa que ela não foi passível de disputa. O regionalismo nordestino, em grande medida, sobrevive de e se dedica a afrontar essa centralidade de São Paulo, inclusive questionando o modelo de modernidade que São Paulo encarna. A autora parece ter da modernidade apenas uma dada imagem que é, justamente, aquela que São Paulo assume e propaga. Mas será que só existe uma forma de ser moderno?

O livro tem o enorme mérito de mostrar a especificidade da modernidade paulista, que não pode ser generalizada como a modernidade brasileira, conforme o subtítulo do livro em inglês

parece sugerir – “São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil” (“São Paulo e a formação da raça e da nação no Brasil”) – justamente por ser uma modernidade que possui uma cor, um gênero e uma classe. Toda a diatribe de Gilberto Freyre contra o modernismo paulista, embora feita em nome da tradição, não deixava de ser um projeto de modernidade específico para a região Nordeste. Sua própria obra historiográfica inaugura uma dada modernidade na escrita da história entre nós. Não é porque as elites nordestinas perderam a disputa que deixaram de disputar. O Brasil atual está aí, as tensões entre Norte e Nordeste e as demais regiões do país, suas diferenças de comportamento político e eleitoral, deixam claro que as disputas regionais não param, assim como a luta de classes. O surgimento durante o governo de Jair Bolsonaro do chamado Consórcio Nordeste, para combater a pandemia, deixa claro que as elites nordestinas nunca abriram mão de disputar espaços de toda ordem na história nacional, assim como fazem as elites paulistas, embora até possam dizer que nada disputam porque não teriam com quem disputar e, no entanto, a grande imprensa paulista, que verbaliza os interesses dessas elites, não deu

tréguas às políticas sociais e de transferência de renda dos governos do Partido dos Trabalhadores, justamente porque elas transferiam renda não apenas entre classes sociais mas entre as regiões, com o Nordeste sendo a grande região receptora. Não é porque uma classe é derrotada que ela deixa de ser um ator, um agente histórico e deixa de se fazer presente nas disputas sociais. Mesmo sendo estreitas, as possibilidades de contestação à hegemonia paulista sempre estiveram presentes e sempre foram assumidas por distintos agentes regionais.

Recomendo fortemente a leitura do livro *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista* precisamente por dar uma enorme contribuição à história das disputas regionais no país e por servir para iluminar várias das dimensões da realidade brasileira do momento em que vivemos. O grande livro de história é aquele que nos permite ver

o nosso presente de uma outra forma, que ilumina com uma nova luz o que vivenciamos hoje, que dá novas cores à realidade em que estamos mergulhados. Eu posso afirmar que este é um livro “bárbaro”, nos vários sentidos dessa palavra em língua portuguesa (e que no feminino dá nome à nossa autora): ele é produto de um olhar estrangeiro, o que permite uma nova visada sobre a temática abordada; ele invade, no bom sentido, territórios até então sacrosantos para a historiografia paulista, um olhar feminino que se imiscui em uma tradição historiográfica masculina e centrada em personagens masculinos. Embora seja um livro bem comportado, do ponto de vista da obediência às regras de erudição e tradições do ofício, tem uma narrativa muito agradável, dialoga com matrizes teóricas que, supostamente, não deveriam conversar ou andar juntas, e faz um uso criativo das fontes, inclusive as iconográficas. Ele é, portanto, um livro bárbaro!

Durval Muniz de Albuquerque Júnior  

Universidade Estadual da Paraíba

doi: 10.9771/aa.v0i67.55001